

Artigos

**ENSINO DE GEOGRAFIA: HORIZONTES
NO FINAL DO SÉCULO¹**

Teaching Geography: Horizons at the end of the century

Ariovaldo Umbelino de Oliveira²

RESUMO

Este artigo discute a necessidade do debate acerca da Geografia e seu ensino considerar não somente o debate teórico-metodológico em desenvolvimento na ciência geográfica, mas também a prática dos geógrafos e as discussões sobre as crises e contradições da realidade a nível mundial e nacional.

PALAVRAS CHAVES: Ensino, Geografia, Conhecimento, Realidade.

ABSTRACT

This article discusses the necessity of debating about Geography and its teaching, considering not only the theoretical-methodological debate in development in the geographical science, but also the experience of geographers and their discussions concerning the crisis and contradictions of reality on the world-wide and national levels.

KEY-WORDS: Teaching, Geography, Knowledge and Reality.

1 Conferência de Abertura proferida no I Encontro Paulista de Ensino de Geografia, promovido pelas seções locais Campinas, Presidente Prudente e São Paulo da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros).

2 Professor Doutor do Departamento de Geografia da FFLCH - USP.

Ariovaldo U. de Oliveira

1. Conhecimento e Ensino

A discussão sobre a ciência geográfica e o seu ensino devem ser compreendidas no interior dos debates acerca das crises e contradições que movem dialéticamente a sociedade a nível mundial e nacional deste final de século e milênio.

Como se sabe, o ensino em todos os níveis de uma forma geral, e especificamente o de geografia, vem passando por uma intensa e profícua discussão e transformação. O saber que vem sendo ensinado nas escolas sobretudo de primeiro e segundo graus que ainda está muito longe de permitir aos jovens a compreensão do mundo em que vivem, e muito menos ainda tem permitido abrir-lhes horizontes para a sua transformação. Mas, muito tem sido feito na direção de recuperar o "tempo perdido" na Geografia. Todos nós professores de geografia somos testemunhas dos esforços neste sentido, realizados principalmente no seio de nossa entidade: a ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Aliás, este Encontro é mais um exemplo.

O entendimento de todas estas situações e contradições no entanto, tem que ser encontrada na análise do momento histórico presente. Este momento caracteriza-se como a fase monopolista de desenvolvimento do modo capitalista de produção hoje praticamente mundializado. Neste sentido, é necessário submeter sempre as teorias, concepções e posições teóricas à interpretação da realidade atual, porque assim pode-se testar constantemente sua capacidade de explicação. Esse movimento permite também, a possibilidade de construção da autonomia do cidadão, e este formado criticamente, pode também atuar no sentido de construir a transformação de suas utopias em realidade.

Esta compreensão dialética do processo educacional supõe e pressupõe que o processo de construção do conhecimento se faça de acordo com o processo de socialização pelo qual os indivíduos estejam passando. Pressupõe portanto, o entendimento primeiro da realidade vivida pelos estudantes envolvidos no processo. Pressupõe também, que o

professor e os estudantes compreendam que numa sociedade de classes a socialização se faz ,via de regra, contraditoriamente sob interesses antagônicos, opondo quase sempre ideologias dominantes a ideologias dominadas.

Dessa maneira, nas sociedades capitalistas, através da educação procura-se em geral, inculcar valores que sirvam para consolidar a hegemonia e dominação burguesa, mesmo quando muitas vezes, se esteja defendendo os princípios da liberdade e da igualdade. Aliás, é sempre importante lembrar que os diferentes ramos do conhecimento presentes nos currículos escolares comprometidos com essa perspectiva da dominação, imprimiram no ensino, a prática cotidiana de uma pedagogia da discriminação, da indiferença, de uma pedagogia que não reconhece ou sequer conhece o caminho da crítica, como suposto fundamental da formação do estudante.

Na escola, na maioria das vezes, o que se tem é um processo, onde professores e estudantes são unidades que se opõem e se distanciam. Dessa forma, perde-se o elo principal da ação pedagógica, ou seja, a relação professor/estudantes, e o que é pior ainda, perde-se o momento mais importante da compreensão/produção do conhecimento no interior da sala de aula. Afinal, como escreveu Guimarães Rosa: "*mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.*"

Esta "concepção bancária" já apontada por Paulo Freire como um desvio na educação, não permite que nada de novo seja criado, só contribui para reforçar o *status quo*. Mesmo quando se introduz inovações nas técnicas de aprendizado, e se mantém uma didática profundamente reacionária, o que se consegue é apenas ver os estudantes aumentarem sua oposição aos professores e mais que isto, sua oposição em relação à própria escola. O professor não pode e não deve continuar praticando aquilo que Carlos Rodrigues Brandão criticou, quando afirmou que a maioria dos professores passam apenas a "...*REPETIR, ano após ano, aquilo que aprendeu e aquilo que a máquina do sistema sobre a educação almeja que o educador faça: reproduzir sem pensar, aceitar sem discutir, trabalhar sem questionar e educar sem criar.*"

Ariovaldo U. de Oliveira

A criação de uma escola que se comprometa com a compreensão/transformação da realidade social vivida por estudantes e professores, ao contrário daquela que apenas nem mesmo consegue reproduzir a ordem vigente, "*requer uma prática pedagógica que recrie os valores submersos em nossa ordem social, como objetivos explícitos de uma igualmente nova proposta educacional; uma nova proposta que permita fazer uma reformulação dos conceitos científicos, não mais da ótica da dominação, mas naquela que propõe uma história viva do homem e de sua criação.*

*Neste caminho, é que educador e educando devem estar relacionados e neste sentido, buscar uma **compreensão de si e da realidade** como algo concreto, que é criado e recriado no cotidiano. É pois, necessário compreender que educar é um processo que engloba **objetivação e subjetivação**, como faces de uma mesma moeda. Nessa relação, professor e aluno apresentam pólos dinâmicos que se completam, justamente pela sua diversidade. Só assim é possível uma **prática transformadora em busca do novo**; não de um novo abstrato que se coloca acima dos sujeitos, mas de um novo enquanto possibilidade do **vir a ser.**" (OLIVEIRA, 1988:12).*

Assim, professores e estudantes têm que se por como agentes ativos do processo de ensino. Ambos têm o que ensinar e o que aprender. De um lado os estudantes precisam trazer para a sala de aula a realidade vivida no seu cotidiano captada através do senso comum, suas experiências concretas, os saberes transmitidos pelas famílias e pela sociedade que os envolve. Não é demais lembrar o papel que os meios de comunicação de massa exercem sobre toda a sociedade na atualidade. E de outro lado, o professor conhecedor desta realidade deve junto com os estudantes orientá-los no processo de decodificação do saber oriundo do senso comum, construindo noções, conceitos, categorias que vão permitir aos estudantes e ao próprio professor conhecer mais profundamente esta realidade e os caminhos para a sua transformação.

2. Conhecimento e Realidade

A geografia, quer a nível nacional, quer a nível internacional, vem passando, nas últimas décadas, por um período de intenso debate sobre as diferentes correntes de pensamento envolvidas com a sua produção científica.

O processo de desenvolvimento ampliado da crise em que o modo capitalista de produção está inserido e os desvios e desatinos que os países que fizeram as revoluções populares neste século encontraram na construção do socialismo, são certamente a realidade concreta que serve de base para as discussões travadas hoje na geografia. E isto se deve ao fato de que a nossa consciência (e de todos os homens) é determinada pelo nosso ser social e não o inverso - a consciência determinar o nosso ser social.

Este processo ocorre porque o desenvolvimento da nossa vida social, política e intelectual em geral está condicionado pela produção de nossa vida material.

Sem embargo, não somos o que muitas vezes *apenas pensamos ser*, somos, isto sim, aquilo que *produzimos*, aquilo que *praticamos*, pois não se mede um homem pelo que ele pensa de si e sim pelo que ele efetivamente produz, aquilo que ele cria.

É, pois, nessa interação dialética entre a produção social da existência dos homens e de sua vida intelectual que devemos buscar a explicação para os debates entre as diferentes correntes do pensamento hoje travados no seio da geografia, quer sobre as discussões sobre a sua história, quer sobre seus caminhos filosóficos e/ou científicos, quer mesmo, particularmente, no que se refere ao seu ensino. Esse processo em marcha, porém, tem que ser um processo de comprometimento crítico com a transformação da sociedade.

Aliás, não é demais continuar lembrando que: "...o exercício teórico tem sentido e é necessário quando se submete o conhecimento

Ariovaldo U. de Oliveira

a uma crítica fecunda"... E só a História tem condições de fecundá-lo. Só o compromisso com a transformação da sociedade pode revolucionar o conhecimento". (MARTINS, 1978:XIII)

3. Geografia e Teoria

Assim, como todos sabemos - pois hoje várias são as publicações existentes sobre o assunto -, o debate teórico e metodológico em desenvolvimento na geografia envolve principalmente, mas não exclusivamente, o que a partir de uma concepção historicista, tem sido chamada de Geografia Tradicional. Na raiz isto é herança da influência do debate no século passado entre o materialismo decorrente do positivismo clássico e o idealismo e evidentemente, suas seqüelas (onde se insere a própria crítica idealista a esse instrumental teórico e metodológico). Questão esta que de há muito vem se apresentando como uma questão praticamente insolúvel nos limites de sua(s) teoria(s), qual seja o do estatuto científico próprio das ciências humanas. Para uns, as ciências humanas derivam das ciências da natureza (logo não possuem um estatuto científico próprio); para outros elas não derivam das ciências da natureza (logo, podem possuir estatuto científico próprio).

Este rico embate travado já no século passado, produto evidentemente da crise em que a produção capitalista se debatia, já entrando em sua fase imperialista, e prenúncio do que viria a ocorrer neste século, veio para a geografia (o embate) mutilado e travestido da discussão quase insolúvel (nos limites da teoria em que foi feito), entre o determinismo geográfico de um lado e o possibilismo geográfico de outro.

A crítica mais profunda (fora, portanto, dos limites da teoria que produziu o debate determinismo e possibilismo), que certamente poria a nú as raízes ideológicas, sociais e políticas dessa corrente de pensamento, foi marginalizada e mesmo sufocada nos grandes centros do capitalismo. Falamos, por exemplo, da concepção dialética da geografia produzida por Reclus.

É, pois, essa geografia limitada e limitante que se envolveu no embate entre o possibilismo e o determinismo, ou que procurou mesmo apenas praticar no plano do conhecimento a dualidade homem x meio físico, que está na raiz da geografia dos livros didáticos e por isso mesmo ainda entre uma parte dos professores.

O momento atual vivido pela geografia é, portanto, um momento de embate teórico-metodológico e prático realizado em múltiplas frentes.

Num plano do debate temos a corrente positivista acusando a corrente crítica de ter acabado com a geografia física. A corrente crítica acusando a positivista de comprometimento ideológico com o sistema. A corrente fenomenológica acusando a dialética de viver dogmaticamente o economicismo. Os dialéticos criticando os fenomenólogos de estarem criando uma geografia baseada na percepção individualista e alienada do espaço.

Em outro plano, temos os agora neo-historicistas procurando se auto-constituírem-se em nos "*novos donos da verdade sobre a geografia*", afirmando que o "*muro caiu*", procuram recuperar com a sofisticação da modernidade o discurso reacionário e dualista do estruturalismo funcionalista. E o que é pior, acham-se "*donos*" de uma "*NOVA*" geografia. Quando escrevem seus artigos "críticos" não passam certamente, do espectro do personagem cantando por Noel Rosa em sua belíssima canção *Palpite Infeliz*: "*E você que não sabe o que diz/ Meu Deus do céu que palpíte infeliz...*".

Ou então, temos também, os órfãos do leninismo a afirmar que só eles sabem qual é a geografia legada do marxismo, sobretudo depois que ocorreu o "*assim se passaram dez anos*". É como disse uma vez Raul Seixas, sempre têm "*aquela velha opinião formada sobre tudo*". Estes geógrafos são provavelmente, muito parecidos com a personagem que Chico Buarque de Holanda cantou em sua belíssima canção *Carolina*: "*E o tempo passou na janela e só Carolina não viu*".

Mas em um outro plano ainda temos também, os filhos do anarquismo a disparar suas metralhadoras giratórias sobre tudo e sobre

Ariovaldo U. de Oliveira

todos. Parece que fazem como a história popular contada sobre o macaco, "que enrola o rabo senta em cima e passa a rir do rabo dos outros".

Todos estes neo-críticos da geografia que se ensina, estão esquecendo de começar suas críticas pela geografia presente em seus livros didáticos que estão "vendendo" aos professores como a perspectiva crítica da geografia. Não é este o lugar desta crítica de nossa parte, mas os livros didáticos pretensamente da chamada geografia crítica que estão a disposição dos professores de geografia merecem críticas profundas por seus devaneios teóricos e filosóficos.

Na prática o que temos é o positivismo, o empirismo lógico, o historicismo, a fenomenologia, e os vários marxismos, degladiam-se na produção da geografia e porque não, nas diferentes propostas sobre o ensino de geografia. Hoje não há condições de se afirmar que a hegemonia seja desta ou daquela corrente. O que pode estar havendo é, em primeiro lugar, a aparência de uma grande confusão entre a maioria dos professores de geografia que se vê, de repente, envolta por uma discussão da qual pouco têm participado. Na verdade, registra-se apenas parte da essência desse embate que parece ampliar-se, ganhando a maioria dos professores de geografia.

É pois, da ampliação deste debate que nascerá a hegemonia de uma ou outra corrente. Debate este que ainda continuará por algum tempo com os mesmos problemas que Massimo Quaini apontou em seu livro *Marxismo e Geografia: "A Geografia revela ainda hoje uma alma dualista: oscila e continua oscilando entre determinismo e possibilismo, entre naturalismo e historicismo idealista, entre uma causalidade materialista e um finalismo indeterminado. Isto é, de um lado, tende-se a considerar como real somente a necessidade ou causalidade material (e, portanto, o homem como ser natural determinado pelo ambiente e a sociedade humana como reduzida a um formigueiro); de outro, considera-se como real somente o finalismo ou a liberdade da ação humana (e, portanto, o ambiente como livre criação do homem). São duas soluções que não resolvem a antinomia mas que a perpetuam, porque*

é normal que o idealismo traga consigo (mesmo em seu contexto) o seu oposto (o materialismo vulgar), assim como o determinismo, por sua vez, evoque o indeterminismo absoluto" (p. 22).

Dessa forma, a Geografia recupera uma espécie "atraso histórico" e re-começa o debate epistemológico no seio da filosofia. A discussão finalmente, vale a pena repetir agora, se inscreve no debate filosófico entre o positivismo, o empirismo lógico, o historicismo, a dialética e a fenomenologia.

4. Geografia e Prática

A prática atual dos geógrafos tem sido, na sua grande maioria, o trabalho como professor de geografia, quer no ensino de primeiro, segundo e terceiro graus.

Esta prática profissional de ensino de geografia tem sido conduzida de certo modo ainda, de fora para dentro desta mesma prática de ensino. Ou seja, aos professores não tem sido dado a possibilidade de participarem ativamente, como seria necessário, do processo de discussão e principalmente de decisão, existente na geografia atual, e particularmente no que se refere ao seu ensino.

O que ocorre na realidade é que os professores (todos), obviamente os de geografia também, estão envolvidos num processo dialético de dominação, qual seja o professor foi educado a ensinar sem pôr em questão o conteúdo dos livros didáticos, sem que o produto final de seus ensinamentos fossem ferramentas com as quais ele e seus alunos vão transformar o ensino que praticam e, certamente, a sociedade em que vivem. Ou, por outras palavras, os professores e os alunos são treinados a não pensar sobre e o que é ensinado e sim a repetir pura e simplesmente o que é ensinado. O que significa dizer que eles, praticamente, não têm participado do processo de produção do conhecimento.

Ariovaldo U. de Oliveira

Isto se deve ao fato de que entre nós a divisão do trabalho acadêmico também ainda está presente. Uns produzem a teoria, outros ensinam portanto, praticam a teoria. Esta divisão tem criado entre nós uma falsa dualidade entre o professor e o pesquisador.

A verdadeira realidade vivida pelos departamentos de geografia que passaram a discutir a necessidade de reformas em seus currículos considerados por parte dos professores e alunos como "superados" as possíveis alterações nos currículos mínimos federais e as reformas iniciadas nos vários departamentos, compõem o corpo das discussões que se travam nas unidades educacionais que formam os profissionais da geografia.

Este debate, a nosso ver, deve ser fundido (onde ainda não está), com o outro debate, o teórico, feito às vezes, forçadamente, em separado. Ou juntamos a teoria e a prática e vice-versa, ou certamente continuaremos a nos envolver com as "falsas questões" dualistas que têm encontrado terreno fértil na geografia. O rumo à práxis é o caminho para revolucionarmos a geografia, ou melhor, a sociedade.

5. A Realidade Mundial e a Geografia

A construção da praxis na geografia e na escola, certamente, é um caminho que passa pelo entendimento da realidade. Esta realidade, que está a nos mostrar a cada dia que passa, um mundo transformado. Um mundo que muitos geógrafos não conseguem sequer entender.

As transformações recentes vivida por todos nós pode começar a ser desvendada, se compreendermos que o processo de desenvolvimento de toda e qualquer sociedade é contraditório, é desigual. As sociedades não se desenvolvem apenas na direção linear do que as pessoas, ou algum autor de geografia por exemplo, disse que iria acontecer. As sociedades contemporâneas têm experimentado transformações que não tem sido devidamente captadas pelos "esquemas" ou "modelos" de interpretação da realidade propostos.

Torna-se mais do que nunca necessário estabelecermos a conexão entre o particular e o geral, entre o local e o universal, entre o próximo e o distante. Esta conexão está certamente, na raiz da compreensão das questões que tem sido postas para as sociedades.

Não se conseguirá entender as grandes transformações que atingiram os países do leste europeu, se ficarmos apenas com a conclusão que o "muro caiu" e pronto. Ou que, o que lá existia era um "capitalismo de estado". Ou ainda, o socialismo de lá era real. Parece que é necessário encontrarmos os mecanismos internos que geraram a crise e conseqüentemente as transformações. De há muito os filósofos afirmaram que o geral, o universal, é o conjunto dos traços comuns de todos os particulares. Assim, a articulação entre ambos, particular e geral, está dotado de uma conexão indissociável.

É por isso que a mundialização do capitalismo está intimamente relacionado com a internacionalização da economia brasileira e conseqüentemente com suas contradições e nova configuração territorial. A explicação devemos buscá-la inicialmente nas transformações ocorridas neste século.

Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo no pós segunda guerra mundial deve ser entendido como processo de consolidação dos oligopólios internacionais que deram origem à formação das empresas multinacionais. Sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. Este processo histórico teve como base real a emergência dos Estados Unidos como potência econômica capitalista e a transformação interna das empresas norte-americanas, particularmente no que se refere à formação dos monopólios (as holding companies), o taylorismo, os impérios financeiros e suas organizações internacionais.

A generalização da presença das empresas multinacionais como característica do mundo pós segunda guerra, está intimamente ligada ao processo de reconstrução da economia capitalista destruída pela guerra na Europa e no Japão. Mas também, tem a ver com expansão

Ariovaldo U. de Oliveira

da indústria norte-americana em decorrência da segunda guerra e da Guerra Fria.

As multinacionais são portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que a partir da crise interimperialista moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que permitiram superar as contradições da disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas "nacionais".

O domínio e expansão das empresas multinacionais, dessa forma, apresentaram simultaneamente, três processos relacionados: a necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacional e existência de ações de governo a nível internacional.

Para que o primeiro processo ocorresse a necessidade da reconstrução da Europa e do Japão foram vitais. O Plano Marshall e as fusões entre empresas industriais americanas e européias, as duas bombas atômicas, os acordos de São Francisco e a Guerra Fria, serviram de base para os fluxos de capitais norte-americanos na Europa, no Japão e de resto no mundo todo.

Estes movimentos internacionais de capitais em última análise derivaram dos investimentos diretos dos monopólios empresariais em suas filiais, subsidiárias e diferentes formas de associações no exterior. Estes investimentos entre a década de 40 e 60, chegaram a mais de 800 bilhões de dólares para as multinacionais norte-americanas e mais de 50 bilhões para as não norte-americanas. Estes investimentos estimularam o crescimento das finanças internacionais, os depósitos em bancos estrangeiros, os investimentos no mercado europeu e depois japonês de divisas e títulos e ,particularmente, aos investimentos em capital acionário de empresas multinacionais efetuados por não nacionais. Os investimentos diretos de capitais pelas multinacionais no estrangeiro, constituiu a base de uma enorme superestrutura de captação de capitais de todas as partes do mundo. Os fluxos de capitais privados associados de um país para outro, não pertencentes às corporações, passaram a crescer mais do que aqueles investimentos diretos destas empresas. Foi

em síntese, a constituição/unificação contraditória do mercado financeiro internacional.

O segundo processo derivou dos monopólios da pesquisa e conseqüentemente da tecnologia, que somados ao fluxo de capitais internacionais, abriram as economias nacionais internacionalizando-as. Ao mesmo tempo geraram as bases da produção internacional, qual seja o controle da força de trabalho, dos mercados e das fontes de matérias-primas nacionais. Este controle que redundou na formação do mercado mundial de mão-de-obra e simultaneamente, na posse dos monopólios das fontes de matérias-primas e na repartição dos mercados, substituiu a disputa pela cooperação entre as empresas estrangeiras que se associaram ou fundiram-se com as nacionais.

A produção capitalista internacional derivou portanto, da incorporação de mão-de-obra de muitos países em uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada. Desta forma, a maior parte da força de trabalho empregada pelas multinacionais estão fora de seus países de origem. Um bom exemplo são as 500 maiores empresas multinacionais americanas que têm cerca de 30 a 50% de sua mão-de-obra fora dos Estado Unidos. Este total pode chegar a mais de 8 milhões de pessoas empregadas diretamente ou indiretamente por estas empresas multinacionais.

O terceiro processo decorreu dos dois anteriores somado à necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional. As organizações governamentais internacionais constituem uma realidade do mundo pós segunda guerra. Da ONU ao Banco Mundial, da FAO à UNICEF, a presença de organismos supranacionais formados por governos nacionais empenhados numa economia internacionalizada, passou a compor o capitalismo que se mundializou.

A formação de verdadeiros governos internacionais derivou do desgaste dos poderes clássicos dos Estados nacionais e do emprego crescente de instrumentos de política econômica internacional consen-

Ariovaldo U. de Oliveira

tâneos com a tendência da internacionalização do capital e do trabalho pela empresa multinacional. As "receitas" de políticas econômicas do Fundo Monetário Internacional-FMI, de há muito tempo se tornaram as políticas econômicas de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos das multinacionais. As multinacionais constituíram no pós guerra, uma verdadeira rede mundial de aplicação/captação de capital e mão-de-obra. Dessa forma, passou a ocorrer a unificação simultânea do capital mundial e da força de trabalho mundial, no seio de um novo sistema mundial, que modificou completamente o sistema de economias nacionais que caracterizou o capitalismo concorrencial. Este processo reduziu a independência dos Estados nacionais e exigiu a formação de instituições supranacionais para manejar a interdependência crescente entre os Estados nacionais.

Estes três processos combinados contraditoriamente, estão na base da formação do mercado mundial, mercado este que derivou da posição internacional alcançada pelas empresas multinacionais norte-americanas que foram gestadas na perspectiva monopolista do capitalismo desde o final do século XIX. Desta realidade resultou a sua posição de vanguarda no mundo.

A partir deste processo desencadeado pelas multinacionais norte-americanas, as empresas européias e sobretudo japonesas, aprimoraram o sistema e formam hoje de modo integrado um sistema financeiro internacional e conseqüentemente um mercado internacional de capitais. A interligação/unificação das Bolsas de Valores de New York, Tóquio, Londres, Paris, Frankfurt, etc., constitui-se em um bom exemplo desta realidade.

A economia capitalista monopolista finalmente desta forma, gestou sua mundialização. Mundialização que é mais do que a pura e simples internacionalização ou multinacionalização. A mundialização não é somente a internacionalização, que por sua vez é decorrente dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de di-

versos países do mundo. Não é também somente a multinacionalização, que se originou dos processo de transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através da expansão por diferentes países com a abertura de filiais, aquisições, fusões, associações.

A mundialização do capitalismo é pois o fenômeno novo da economia e constitui-se no conjunto de processos que possibilitaram:

- *"produzir, distribuir e consumir bens e serviços a partir de estruturas de valorização dos fatores de produção, materiais e não materiais, organizados em bases mundiais (por ex., através de patentes, bancos de dados, formação superior dos recursos humanos ...)*

- para mercados mundiais regulamentados (ou que ainda serão regulamentados) por normas e padrões mundiais...

- por organizações criadas ou atuando em bases mundiais com uma cultura de organização que se pretende aberta a um contexto mundial e obediente a uma estratégia mundial;

- e cuja *"territorialidade"* (jurídica, econômica e tecnológica) é difícil identificar em virtude das inúmeras inter-relações e integrações entre os elementos em jogo nas diferentes fases "produtivas", tanto na fase inicial como na fase final da própria produção." (PETRELLA, 1991:390,391).

Muitos já são os exemplos mundiais deste processo: cartões de crédito, "fast food", rede informatizada interbancária, etc.. Assim, a mundialização não significa necessariamente, mesmo que se tome os chamados bens de consumo final, produtos padronizados para mercados mundiais igualmente homogêneos. Isto quer dizer, que se deve produzir produtos impecavelmente iguais em toda parte do mundo onde as empresas estão. Ao contrário, a mundialização da economia capitalista pressupõe processos de adaptações aos mercados locais, que são diferentes entre si, em função de fatores econômicos, climáticos, legais e culturais.

Ariovaldo U. de Oliveira

Assim, internacionalização, multinacionalização e mundialização são fenômenos integralmente interconectados. São as expressões fenomênicas do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro centrado principalmente nas economias nacionais, para a sua constituição na economia mundial.

Este processo criou novas bases para as relações Estado e empresa. As relações entraram em uma nova dinâmica de alianças. A partir deste processo, os Estados nacionais permitiram que as empresas passassem a se constituir nas novas organizações de "controle" da economia mundial.

A lógica das novas alianças derivam da crescente necessidade de integração entre as diversas tecnologias e os diferentes setores da economia; da presença de custos crescentes em pesquisa e desenvolvimento; em função da diminuição do ciclo vital dos produtos se tornar cada vez mais curtos; da escassez relativa de pessoal altamente qualificado nos países industrializados.

Em resumo a base da natureza das novas alianças entre as empresas multinacionais e os Estados nacionais é :

"... as empresas necessitam dos Estados "locais" (nacionais) para enfrentar a mundialização e para se mundializar; os Estados "locais" necessitam das empresas mundializadas para garantir a continuidade de sua legitimidade e seu futuro enquanto formação políticas e sociais "locais"!" (PETRELLA, 1991:398).

Consolida-se assim, a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Os capitalistas das multinacionais estão em todos os países onde elas atuam. O mercado da multinacional não é só aquele dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialéticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o

mundo onde as empresas multinacionais estão. Esta sim é a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista.

Desse processo está sendo gerada uma nova divisão internacional do trabalho onde a formação dos blocos econômicos redesenham a organização territorial na escala mundial do capitalismo.

A nosso ver, não se trata mais de blocos com interesses divergentes, conflitantes e que poderiam alterar a correlação de poder na escala internacional. Trata-se da formação de um único bloco mundial/a mundialização do capitalismo. Este único bloco tem a forma simbólica de um polvo. Suas pernas estão em todos os lugares do mundo onde foi possível conectar interesses nacionais internacionalizando-os. O bloco está portanto, em Nova Iorque, Tóquio, Bangcoc, Joanesburgo, Frankfurt, Paris, Londres, Moscou, Adelaide e porque não México, Buenos Aires e São Paulo.

6. A Realidade Brasileira e a Geografia

A sociedade brasileira não passou imune a estes processos. Ela foi transformada por eles e no processo, transformou o país como um todo. A industrialização do país só pode ser entendida no seio da sua própria internacionalização.

É por isso que o crescimento da dívida externa brasileira está relacionado com a expansão da industrialização voltada para o mercado interno e ao mesmo tempo para o mercado mundial.

É por isso que a industrialização na economia brasileira está relacionada à concentração territorial da população brasileira, afinal o Censo Demográfico de 1991 apontou a concentração de 75% da população brasileira residindo nas cidades. E mais que isto, as regiões metropolitanas ficaram com mais de 30% desta população urbana.

É por isso também, que a distribuição territorial da indústria alterou-se. Na primeira fase de seu desenvolvimento distribui-se pelo país, em

Ariovaldo U. de Oliveira

geral próxima às ocorrências de matérias-primas ou dos mercados urbanos, é o caso do domínio das indústrias de alimentos e têxteis. Depois concentrou-se de forma significativa na grande São Paulo. Agora desconcentra-se para o interior do próprio estado de São Paulo pelo Vale do Paraíba, Baixada Santista, Sorocaba, Ribeirão Preto e sobretudo Campinas. Em Campinas está sendo gestada uma nova região metropolitana no país, e nós geógrafos estamos demorando para escrever sobre este fenômeno. Mas desconcentra-se também em direção às novas regiões metropolitanas: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus etc.

Conjuntamente, esta transformação territorial da indústria traz consigo uma nova ordenação nos campos do país. A industrialização da agricultura é fenômeno observado em praticamente todo o campo no estado de São Paulo. A cana-de-açúcar, a laranja e a pecuária de corte e de leite, transformaram quase que totalmente o chão paulista impondo a indústria como fator de explicação de sua transformação.

O sul do Brasil igualmente, vai gestando duas formas de transformar sua agricultura, de um lado a industrialização feita pela expansão da soja, do arroz etc, e de outro a industrialização trazida pela integração na avicultura e suinocultura.

O Centro-Oeste com a expansão da soja e com as transformações na pecuária bovina vai colocando no lugar do cerrado, campos agrícolas que mais parecem em certos casos com o "meio oeste" norte-americano.

O Nordeste secularmente massacrado pela dominação de uma oligarquia estrábica, passou a conhecer a presença da indústria e dos projetos de irrigação nos vales do São Francisco, Açú, Jaguaribe, etc, isto para não falar da soja em Barreiras no além São Francisco baiano.

A Amazônia vai sendo transformada no grande Eldorado dos recursos minerais. Garimpeiros famintos, empresários do garimpo, multinacionais e empresariado nacional dão as mãos para extrair de lá as últimas riquezas que o país possui. E assim, transformam a região com

projetos internacionais e nacionais. São os casos do projeto Jari, Carajás, Trombetas, Zona Franca de Manaus etc. Isto para não falar dos agropecuários e os de colonização.

Enfim, a ordenação territorial do país mudou. E a sua Geografia também mudou. E nós geógrafos estamos estudando, entendendo este novo processo? O sulista cultivador de soja do cerrado de Mato Grosso comercializa diretamente sua safra no mercado futuro da Bolsa de Cereais de Chicago. O industrial da Zona Franca de Manaus está com um olho no mercado mundial e outro no mercado interno brasileiro. O cultivador de melão do vale do Açu está de olho no mercado da Comunidade Econômica Européia. A Vale do Rio Doce é quase uma filial dos consórcios do aço e do alumínio japonês.

Enfim, precisamos começar a explicar esta nova configuração territorial do Brasil. As cinco regiões do IBGE de algum tempo tem se mostrado insuficiente. Vou arriscar começar/recomeçar esta discussão.

Penso que a área ocupada pela Amazônia modificou-se. É preciso pois, pensar-se na Amazonia Legal, onde Mato Grosso passe a fazer parte da mesma, mas onde também Tocantins e Maranhão componham a nova Região Amazônica. Esta região por sua vez, não pode ser subdividida em Ocidental e Oriental, é preciso acrescentar a existência de uma Amazônia Meridional, que inclua no mínimo Acre, Rondônia e Mato Grosso. A Amazônia está hoje sob comando de três grandes cidades Belém, Manaus e cada vez mais também por Cuiabá.

O Nordeste sem o Maranhão, deve ser visto pela ótica das regiões de Salvador, Recife e Fortaleza. A região Sul vista pelas áreas de influência de Curitiba e Porto Alegre e pela formação da região de Blumenau/Joinville e Itajaí.

O Centro-Oeste que nunca existiu como região geográfica, agora revela sua tendência histórica: O Tocantins e o Mato Grosso deveriam compor a Amazônia e Goiás e Mato Grosso do Sul devem passar a compor o Sudeste ou o Centro-Sudeste se preferirem.

Ariovaldo U. de Oliveira

Assim a nosso ver se redesenha a geografia do Brasil. Mas esta nova Geografia, não pode ser entendida sem se compreender a violenta luta pela terra que mata brasileiros que pedem num país de dimensão continental, apenas um pequeno pedaço de terra para plantar. Não pode ser entendida se não compreendermos porque aqueles que mataram Chico Mendes, fugiram da cadeia e continuam impunes. Porque massacraram crianças nas escadaria da Candelária, ou os favelados de Viário Geral, ou ainda os Ianomamis de Roraima, ou os detentos do Carandiru, isto para não se falar daqueles mais de 30 milhões que vivem abaixo da linha da miséria absoluta, ou dos trabalhadores que vivem com salários arrochados por um sociólogo ministro da fazenda que se dizia defendê-los tempos atrás.

Mas é preciso articular tudo isto aos acontecimentos da Iugoslávia, à fome da Somália e da Índia, ao problema dos palestinos, dos curdos, das minorias étnicas na Europa da Comunidade, ou nas grandes cidades norte-americanas. Enfim, é preciso entender que a chamada por muitos de "maravilhas da modernidade" só chegou para uns poucos, enquanto que a maioria da humanidade ainda não superou o milenar problema da fome.

Mas, mesmo assim, nós que estudamos/ensinamos a Geografia, precisamos ir a busca do avanço da teoria. Este avanço quer nos parecer está no re-encontro da Geografia com o território.

7. A Geografia e o Território

Este re-encontro tem que ser entendido também no seio de uma economia capitalista internacionalizada que produz e se reproduz em diferentes e desiguais frações do território capitalista no mundo atual. Criando desta forma, processos e relações de interdependências entre estados, nações e sobretudo empresas de diferentes lugares.

Assim, a compreensão destes processos são fundamentais no entendimento da geografia brasileira pelos geógrafos. Para nós, o territó-

rio deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. É pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori* mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza.

O processo de construção do território é pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução.

O processo de valorização é assim compreendido como fruto do processo de transformação que a produção e a reprodução passam. Isto significa dizer que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais; que a produção é produto contraditório de constituição do capital; e que a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital.

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é pois, gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação e valorização do capital e a reprodução da força de trabalho. É esta lógica contraditória que constroe frações diferentes do território capitalista no mundo ou faz com que frações de um mesmo território conheçam processos desiguais de valorização, produção e re-

Ariovaldo U. de Oliveira

produção do capital. Trabalhamos pois com o princípio contraditório de que ao mesmo tempo que o capital se espacializou/mundializou-se, a terra nacionalizou-se. É desta contradição que nasce a possibilidade histórica do entendimento de frações do território ou das regiões como espacialidades concretas, totalidades históricas portanto, da espacialização contraditória do capital (produção/reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária, ou seja a terra. Entendemos dessa forma, que o capital é na sua essência internacional, porém a terra nacional.

Assim, no Brasil este processo contraditório produz/gera o movimento de concentração da população, primeiro, nas regiões metropolitanas e depois nas capitais regionais e em geral nas cidades. De a muito a população urbana superou a rural. Formou-se, pois, o *locus* da concentração do capital e da força de trabalho, as grandes regiões industriais. Não custa também lembrar, que no seio destas a escassez dos serviços e o acesso a estes gerou o processo de verticalização nas metrópoles e com ele a possibilidade histórica da realização da renda da terra de monopólio nas cidades.

No campo este processo está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terras ou aos capitalistas/prorietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra quer na sua forma diferencial e/ou absoluta. Está marcado pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios.

Porém, este processo no campo está também contraditoriamente, marcado pelo processo de expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a, metamorfoseando-a em capital. Aqui o capital não territorializa-se mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa.

É através desta lógica contraditória que, como geógrafos, procuramos entender a realidade brasileira neste final de século. E ao mesmo tempo contribuir para a construção de uma teoria que de conta da explicação geográfica desta realidade.

Assim, o desvendar do território pode e deve ser uma perspectiva para a geografia científica e para o seu ensino. Um território que não pode ser entendido como sendo equivalente do espaço, igual ao espaço proposto por muitos geógrafos.

"Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privam de distinções úteis e necessárias. Não discutiremos aqui se são noções ou conceitos, embora nesses últimos vinte anos tenham sido feitos esforços no sentido de conceder um estatuto de noção ao espaço e um estatuto de conceito ao território. O estatuto de conceito permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (por exemplo pela representação), o ator "territorializa" o espaço. LEFEBREVE mostra muito bem como é o mecanismo de passar do espaço ao território: "A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc." O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si.

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente

Ariovaldo U. de Oliveira

a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que se manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo do poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, ... um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações portanto." (RAFFESTIN, 1993:143,144).

É pois, contraditoriamente, na relação entre prática e teoria, entre produção e ensino do conhecimento que a humanidade vai gestando suas formas de entender o mundo. O capital ao se mundializar, mundializou o seu território. Produziu, construiu, transformou seu território. Os muitos países do mundo capitalista mundializado, transformaram-se, regionalizaram-se.

Este processo trouxe-consigo a apropriação privada por uma pequena parte da humanidade do mundo. O mundo não é de todos, é de uma parte da sociedade mundial. Urge que mostremos à maior parte da humanidade que ela está no capitalismo sumariamente excluída do mundo, fadada à fome e à violência. Urge que mostremos a esta maior parte da humanidade que dela foi confiscado a maior fração do território, e que a sua re-apropriação é um processo de luta da qual toda a humanidade certamente, vai participar. Quem sabe as condições para a revolução internacional esteja se desenhando para o próximo século!

Enquanto isto, nós geógrafos vamos construindo um modo novo de compreender cientificamente, via Geografia, este mundo, e simultaneamente, vamos ensinando os trabalhadores do mundo a construir um território para si com autonomia e liberdade.

Não custa nada para quem sempre sonhou, re-construir uma nova utopia, talvez o caminho já tenha sido apontado por LEFEBVRE:

" O próprio pensamento crítico formado pela tradição filosófica refuta a tese positivista. A filosofia não sobrevive na memória e na cultura. Ela entra numa vida nova, que não consiste mais na elaboração de sistemas, mas num incessante confronto entre, de um lado, a imagem, o conceito, o projeto do ser humano elaborado pelos filósofos, e, de outro, a "realidade", a prática. Isso implica o conhecimento da filosofia como totalidade, como trajeto e projeto, isto é, de todos os filósofos, das condições e contextos históricos das filosofias, das suas contradições, do movimento que percorre o conjunto. Reinterpretar as filosofias que interpretaram o mundo, tirar delas os instrumentos teóricos de mudança, executar a revolução teórica, aí está o horizonte do pensamento revolucionário renovado. " (LEFEBVRE, 1991:211).

Este não é um desafio para o final do século é para o início do novo milênio.

Parabéns, professores por aceitarem em greve a tarefa de re-discutir a geografia que produzimos e que ensinamos. A vitória de nossas lutas redesenhará a utopia abraçada idealisticamente no século que termina.

BIBLIOGRAFIA

- LEFEBVRE, H. (1991) - A vida cotidiana no mundo moderno, Ática, São Paulo
- MARTINS, J.S. (1978) - Sobre o modo capitalista de pensar, Hucitec, São Paulo
- OLIVEIRA, A.U.(org.) (1988) - Para onde vai o ensino de Geografia?, Contexto, São Paulo.
- PETRELLA, R. (1991) - A Mundialização da Tecnologia e da Economia, Revista de Cultura, Vozes, 85(4).
- QUAINI, M. (1979) - Marxismo e Geografia - Paz e Terra, Rio de Janeiro
- RAFFESTIN, C. (1993) - Por uma Geografia do Poder, Ática, São Paulo

